

A CULTURA HISTÓRICA EM REPRESENTAÇÕES SOBRE TERRITORIALIDADES

Rosa Maria Godoy Silveira¹

Introdução

Entendemos que a intenção desse Seminário é aprofundar a compreensão dos que fazem o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, acerca do próprio eixo estruturante do Programa - História e Cultura Histórica. E, ao fazê-lo, que não se esqueça a socialização das reflexões aqui empreendidas para a ampla comunidade de historiadores e demais interessados no tema, cuja importância ultrapassa os domínios formais da História como profissão.

Mais especificamente, o tema proposto pela coordenação do Seminário do Programa, para essa Mesa-Redonda - a relação entre representações, territorialidades e Cultura Histórica - se insere na Linha de Pesquisa História Regional e pode ampliar as lentes analíticas para a compreensão da sua própria base de territorialidade, isto é da própria territorialidade (espacial e epistemológica) em que se assenta o Programa como um todo.

A ordem de proposição da Mesa - Representações, Territorialidades e Cultura Histórica - vinculada ao já dito da Área de Concentração do Programa e à sua Linha de Pesquisa *História Regional* - aponta a expectativa de compreensão de como trabalhar as representações (Historiografia) sobre as territorialidades regionais (objeto de estudo) em suas relações com a Cultura Histórica (continente do objeto, enquanto História-processo). A tematização propõe-se um movimento das representações para o representado e deste, para as temporalidades (processos temporais) que envolvem o representado e as representações.

A reflexão sobre o processo de produção dos conhecimentos históricos, ao realizar este movimento, poderá melhor equacionar a própria Área de Concentração como um todo, pois incide, também, sobre os processos de transmissão daqueles conhecimentos, repercutindo sobre a outra Linha de Pesquisa do Programa, *Ensino de História e Saberes Históricos*.

Representações, Territorialidades e Cultura Histórica

Três constelações conceituais² bastante polêmicas e complexas, exigindo serem situadas e problematizadas.

¹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

² Pela expressão *constelação conceitual*, consideramos um campo de conhecimentos, nucleado por um eixo conceitual, no caso, ou representações, ou territorialidades, ou cultura histórica, ao qual se articulam vários conceitos correlatos, e demarcado por maiores ou menores aproximações entre os conceitos constelados.

A primeira constelação conceitual parece ter sido proposta na intenção de que se abordem as interpretações, no caso, sobre as historicidades ou temporalidades relacionadas às territorialidades e à Cultura Histórica.

A Teoria das *Representações Sociais* foi sistematizada, nestas quatro últimas décadas, pela Psicologia Social, tendo como uma de suas expressões maiores Serge Moscovici³. Sua filiação, no entanto, remonta a três correntes clássicas do pensamento do século XIX: o positivismo de Durkheim, com o conceito de *representações* coletivas; a sociologia compreensiva de Weber, com os conceitos de *idéias*, *espírito*, *visão de mundo*, *significação*; a dialética marxista, com os conceitos de *ideologia*, e *consciência*; e a vários outros pensadores a tais correntes filiados⁴. Espalhou-se por outras áreas do conhecimento: na filosofia, como uma entidade que *está por outra* entidade, uma relação entre representante e representado; na semiótica (*semeiotiké* ou “a arte dos sinais”), enquanto os modos como o homem significa o que o rodeia, os sistemas sógnicos e os processos de significação.

Na análise de Jovchelovitch⁵, várias insuficiências do conhecimento constituíram os móveis da elaboração da Teoria das Representações Sociais: a relação indivíduo-sociedade, polarizada entre tendências demasiado psicologizantes ou sociologizantes, em ambas as perspectivas resultando em um abstracionismo teórico; a configuração do Eu na esfera pública e na alteridade; a relação entre atividade representacional e processos simbólicos. Procurando romper os maniqueísmos Eu-Outro, indivíduo-sociedade, interno-externo, privado-público, a teoria critica certas elaborações pós-modernas e se concebe em três dimensões: a referencialidade, a imaginação-construção, e o social⁶.

Tal sistematização teórico- prática das Representações Sociais possibilitou, desde o campo da psicologia do conhecimento, avançar na compreensão das relações entre as várias formas de elaboração das percepções e conhecimentos individuais e coletivos, de senso comum e de natureza científica, as ancoragens representacionais (contextos e grupos sociais), as possibilidades de representações coletivas generalizantes (as mentalidades ou os *themata* de Moscovici) e suas singularizações grupais sociovariáveis, a autonomia representacional possível em relação às estruturas sociais, o movimento das relações singulares (micro) para as representações coletivas (macro), sintetizadas em uma frase: “*olhar o todo sob o abrigo da milenar paciência do detalhe*”⁷.

³ A Teoria das Representações Sociais encontra sua primeira base teórica em 1961, na obra do psicossociólogo romeno-francês Serge Moscovici, intitulada *La psychanalyse. Son image et son public*.

⁴ MYNAIO, Maria Cecília de Souza. “O conceito de representações sociais dentro da Sociologia Clássica”. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 89-111.

⁵ JOVCHELOVITCH, S. “Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público em representações sociais”. In: GUARESCHI & JOVCHELOVITCH, *Textos em representações sociais*, p. 63- 85.

⁶ JOVCHELOVITCH, “Vivendo a vida...”, p. 76.

⁷ OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. “Representações sociais e sociedade: a contribuição de Serge Moscovici”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 185.

No entanto, duas décadas depois da obra seminal de Moscovici, a idéia do pensamento como representação é contestada por uma outra linha de pensamento do repertório filosófico dito pós-moderno, expressa por Guattari e Deleuze, para o quais o conceito de representação persiste no pensamento reflexo e unificador, na dualidade entre representação e representado, a par de outros pares binários como consciência - inconsciência, corpo - alma, natureza - sociedade, não apenas esta última, como apressadamente se poderia julgar, afetando a questão das territorialidades.

Deleuze e Guattari refutam a linguagem metafórica - presente nas representações sociais - por ela constituir um pensamento duplicado e dual (a metáfora sendo usada fora do seu domínio próprio e em domínio figurado) e mimético (o que nos remete à *mimesis* aristotélica). Ao propor a literalidade conceitual, os autores procedem por uma ênfase nas diferenças entre significações e não por sua similitude. Em outras palavras, criticam o *redobramento* do pensamento metafórico-representacional (uma coisa significando a outra) e defendem a idéia do seu *desdobramento* (a idéia da “coisa mesma”, baseada na filosofia de Husserl), numa perspectiva relacional entre o termo dado e o não dado, que contém o atual e o virtual⁸.

Apresentando o conceito de *multiplicidade*, mas negando-se a qualquer noção apriorística transcendente ao real (de origem, como idéia ou modelo; ou de destino, como sentido histórico), Deleuze e Guattari afirmam que o conceito, assim posto, não designa uma essência, *mas suas circunstâncias ou pertinências*. Contra um pensamento que denominam de arborescente, contrapõem o conceito ou imagem de *rizoma*⁹ ou abertura máxima da multiplicidade e do movimento¹⁰, configurando uma geologia de *platôs*¹¹ ou camadas da estratificação ou desestratificação do

⁸ As idéias de *literalidade* e *desdobramento* podem repassar o entendimento do pensamento deleuziano e guattariano como unificador, que eles refutam de um ângulo, ao mesmo tempo, externo e interno do conceito: a recusa da metáfora implica que um termo recobre a si mesmo, contém em si o presente e o devir.

⁹ *Rizoma*: na Botânica, é o tipo de caule de algumas plantas (espada-de-são-jorge, lírio-da-paz, bananeira, fetos, orquídeas) que crescem horizontal e subterraneamente, podendo ter partes aéreas. Na Epistemologia: modelo de conhecimento em que não há uma subordinação hierárquica (base ou raiz que origine múltiplos ramos) na organização dos elementos, podendo cada um afetar o outro; onde não há um centro. Tem sido aplicado na filosofia da ciência e política, na semiótica e nas teorias da comunicação contemporâneas.

¹⁰ Esta multiplicidade é constituída por linhas-fuga, denominação que os autores atribuem à diversidade de movimentos de construção ontológica e de leitura de mundo e de sociedade, que do interior das camadas estratificadas (territorialidades) percorrem as possibilidades (territorializações ou potenciações), desterritorializando, portanto, as estratificações. Nestes múltiplos e heterogêneos percursos, se sucedem imbricações. O real é assim construído por essa diversidade de linhas que operam as segmentações (binárias, circulares ou lineares) duras (molares) ou flexíveis (moleculares) e fugas criadoras. Deste modo, é irredutível às idéias de modelo ou imitação.

¹¹ *Platô*, planalto, em linguagem geográfica: “*Forma de relevo constituída por uma superfície elevada, com cume mais ou menos nivelado, geralmente devido à erosão eólica ou pelas*

pensamento, aludindo a uma geografização epistemológica: pensar é desterritorializar (*ritornelo*), remover as camadas estratificadas, e, ao mesmo tempo, reestratificar-se em novas camadas¹²:

*Mais do que multiplicidades arborescentes e outras que não o são, há uma arborificação das multiplicidades. É o que acontece quando os buracos negros distribuídos num rizoma se põem a ressoar juntos, ou então quando os caules formam segmentos que estriam o espaço em todos os sentidos, e o tornam comparável, divisível, homogêneo (isto foi visto especialmente no caso do Rosto). É também o que sucede quando os movimentos de 'massa', os fluxos moleculares, se conjugam sobre pontos de acumulação ou de parada que os segmentam ou os retificam. Porém, inversamente, ainda que sem simetria, os caules de rizoma não param de surgir das árvores, as massas e os fluxos escapam constantemente, inventam conexões que saltam de árvore em árvore, e que desenraizam: todo um alisamento do espaço, que por sua vez reage sobre o espaço estriado. Mesmo e, sobretudo, os territórios são agitados por esses profundos movimentos. Ou então a linguagem: as árvores da linguagem são sacudidas por germinações e rizomas. Por isso, as linhas de rizoma oscilam entre as linhas de árvores, que as segmentarizam e até as estratificam, e as linhas de fuga ou de ruptura que as arrastam.*¹³

Por outro lado, Deleuze e Guattari lançam uma espécie de provocação aos historiadores: a História - afirmam - tem sido escrita da perspectiva dos sedentários e em nome de um aparelho de Estado unitário, especialmente nas sociedades capitalistas, que procede por *sobrecodificação*¹⁴, desterritorializando os agenciamentos que os autores denominam de *maquínicos e de enunciação*¹⁵ das sociedades pré-capitalistas.

águas. São como topos retos, superfícies topográficas, que podem ser regulares ou não". Disponível em: <[http://www.tiosam.com/enciclopedia/enciclopedia.asp?title=Planalto_\(geografia\)](http://www.tiosam.com/enciclopedia/enciclopedia.asp?title=Planalto_(geografia))>. Acesso em: 22 abr. 2007. No sentido epistemológico, os autores concebem o platô como um campo de problemas mais os modos de individuação de um acontecimento, as várias linhas que compõem uma multiplicidade heterogênea.

¹² Nos processos de desterritorialização e desterritorialização, dizem os autores, não se volta mais à territorialidade anterior.

¹³ DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997, p. 221.

¹⁴ *Sobrecodificação*: com este termo, os autores designam os processos de territorialização operados pelos Estados nacionais, sobre formas anteriores de organização social, sobretudo, desterritorializando e transcendendo as diferenças.

¹⁵ *Agenciamentos maquínicos*: com base em uma visão operatória da sociedade, da sociedade como produtora de si, uma máquina social composta somente por componentes humanos e portadora de uma memória que lhe permite a sua própria gestão através dos homens (seres humanos) que a compõem, os autores atribuem aos homens a condição de agentes-produtores e produtos de um processo produtivo. Introduzem o *desejo* como potência que conduz ao ato e à enunciação. Agenciamentos coletivos de enunciação são dispositivos de

Neste *tour* de reflexão, Deleuze e Guattari articulam a territorialidade do pensamento com a territorialidade do *socius*, para utilizar a expressão do geógrafo Rogério Haesbaert. Ao contrário de certas linhas de pensamento pós-modernas, que qualificam a temporalidade contemporânea¹⁶ pelo prefixo *pós* e como altamente flexível, Deleuze e Guattari atribuem a qualidade de flexibilidade às sociedades pré-capitalistas, imputando às sociedades capitalistas uma *segmentaridade dura*¹⁷, já referida. Em um texto em que distingue, a partir da perspectiva foucaultiana, as sociedades disciplinares dos séculos XVIII, XIX e XX, das sociedades de controle sob as quais vivemos, Deleuze¹⁸ examina processualmente esta territorialidade estratificada do mundo capitalista contemporâneo contra a qual propõe uma filosofia da liberdade e da diferença, agenciadas criativamente pelo desejo.

No entanto, da Teoria das Representações Sociais e do pensamento deleuziano-guattariano se distingue a reflexão teórica ricoeuriana, abordada, sob o ângulo da Memória (ou *aporias*: memória e expectativa, experiência e possibilidade, na conferência de abertura deste evento, pelo Prof. François Dosse).

Para Ricouer, o mundo é como um texto diante de nós, pleno de sentidos, transmissores de experiências, cuja compreensão não é apenas modo de conhecer mas de ser.

No âmbito de sua hermenêutica fenomenológica, a interpretação ricoeuriana articula metáfora e narrativa numa conjunção que o autor denomina de “*síntese do heterogêneo*”: a metáfora possibilita a percepção do semelhante, instaurando a similitude; a narrativa integra os múltiplos e dispersos. Assim, para Ricouer, o círculo entre narratividade e temporalidade, que ele constrói mediante a articulação da teoria da intriga aristotélica com a teoria do tempo agostiniana, se diferencia da racionalidade combinatória da semântica estrutural e da racionalidade legisladora, esta última, diz ele, própria da historiografia científica.

Na elaboração ricoeuriana, “*explicar melhor é compreender melhor*”: a metáfora opera deslocamento de sentido, apreendendo a dinâmica de uma pertinência, a partir das ruínas desta última, até então, dada, agregando novos significados; a narrativa, enquanto intriga, apreende o movimento de unificação da diversidade, as contingências das mudanças na ação humana. Em outros termos: a metáfora

produção de subjetividade, em que o sujeito da enunciação não coincide com o sujeito empírico.

¹⁶ Diferentemente, Jameson denomina esta temporalidade de *modernidade tardia* e Giddens, de *alta modernidade* (o tempo presente). JAMESON, Fredrich. *Pós-Modernismo: a lógica do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996. GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

¹⁷ Este termo, no pensamento dos autores, é inteligível acoplado aos termos *molecular* - *molar*: *segmentaridade dura*, segundo Deleuze e Guattari (1996, p. 105), é uma *segmentaridade molar*, cristalizada, estratificada, que preserva o *status quo*, nas pessoas, nas instituições, na macropolítica, nos aparelhos, nas organizações e nos comportamentos. A *segmentaridade molecular* é aquela que se expressa pelos fluxos, o desejo, a criação, os devires e a recusa a uma ordem binária (de classes, raça, sexo, idade) agenciadora de regras e normas para manter- se. *Molar e molecular* se intercambiam, se invertem.

instaura, para além da estrutura de sentido, a função referencial de uma realidade inacessível à descrição direta, transgredindo as significações, operando o movimento do “ver como” para a expressão do “ser como”; a narrativa, da mesma forma, tem função mimética, referendo-se à ação.

A *mimese* ricoeuriana se desdobra em três sentidos: a pré-compreensão da ordem da ação (mimese I), a nova configuração (mimese II) e a reconfiguração (mimese III). Para Ricouer, tanto a intriga aristotélica quanto os paradoxos agostinianos do tempo, em contextos culturais diferentes e por vias distintas, problematizam a experiência humana: em Aristóteles, a ênfase em organizar, de forma inteligível, a narrativa dessa experiência sem, contudo, estabelecer a sua relação com a temporalidade, operando a reparação da discordância pela concordância; em Santo Agostinho, o foco centra-se nas discordâncias temporais, sem considerações sobre a sua narrativa.

A obra de Ricouer, ele próprio o diz, busca aproximar e corrigir estas duas perspectivas: a mimese consiste em uma síntese criadora da experiência temporal, pelo desvio da intriga (*muthos*) - a tessitura mimética e criadora da intriga - que agencia os fatos, mas não é réplica do idêntico: “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”¹⁹.

Desse modo, o texto configura a ação e realiza a mediação entre uma experiência que o precede e novas possibilidade(s) de ação que ele projeta:

[..] o que um leitor recebe é não somente o sentido da obra mas, por meio de seu sentido, sua referência, ou seja, a experiência que ela faz chegar à linguagem e, em última análise, o mundo e sua temporalidade, que ela exhibe diante de si.²⁰

Tratando da representação historiográfica, o filósofo francês aponta o cruzamento que ocorre na refiguração da ação: o recurso à temporalidade, pela narrativa; o recurso à imaginação, pela historiografia. Ricoeur propõe o conceito de *representância*: a historiografia representa uma *ausência anterior*, passada (a *passeidade*), que foi e não é mais, a partir de vestígios que são referências e, neste sentido, estão presentes. Neste sentido, a imagem deste *ausente anterior* se distingue da imagem do *ausente ficcional*, pois na primeira, há um referente externo ao texto historiográfico²¹. Para o autor, por conseguinte, em perspectiva contraposta aos

¹⁸ DELEUZE, Gilles. “Sobre as sociedades de controle - post-scriptum”. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 219-226.

¹⁹ RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Vol. I. Campinas: Papyrus, 1994, p. 15.

²⁰ RICOUER, *Tempo e narrativa*, vol. I, p. 120.

²¹ *Representância* é, pois, para Ricouer, “potência representativa” e “pulsão referencial” do discurso do historiador. Há, no trabalho historiográfico, a problemática das possibilidades e limites da representação, perante a qual se coloca a *intenção de veracidade*, de parte do historiador; e a problemática da “presença” da memória como fiadora e medida para o historiador. Como diz o filósofo: “[...] a palavra ‘representância’ condensa em si mesma

estruturalistas, o discurso é evento e significação, dotado de autonomia (o *quê* o discurso aborda) mas também de um referencial externo (*acerca do quê* ele trata), que possibilita a comunicação com o Outro.

Moscovici - Deleuze/ Guattari - Ricoeur: três linhas de pensamento distintos, apenas nos restringindo à França. Na primeira, a representação é um conceito central. A segunda refuta o pensamento representacional. A terceira o adota, mas não do mesmo modo que Moscovici, e em termos, quando se trata da narrativa histórica.

O que quisemos apontar, foi tão somente, através do exemplo de três linhas reflexivas distintas, algumas questões relevantes a enfrentar no cipoal das interpretações históricas bem como formular a proposta para que o Programa desenvolva uma agenda constante de debates sobre estas diversas variantes epistemológicas contemporâneas (a partir da segunda metade do século XX), e suas repercussões na Cultura Histórica, nesta programação se incluindo as possibilidades de retraduições teóricas²².

Já a constelação conceitual de *Territorialidades* aqui está (pro)posta por conta da *História Regional*, e como nucleador das Representações Sociais, na medida em que *Região*²³ é um conceito que se remete ao de território, *Território*²⁴ é um

todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas a isto que chamamos, de outra maneira, a intenção ou intencionalidade do historiador: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico de construções constituindo reconstruções do curso passado dos eventos” (RICOEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000, p. 359); ou, ainda: “[...] a representação literária ou escriturária deverá se deixar soletrar, em última instância, como representância, a variação terminológica proposta colocando o acento não apenas no caráter ativo da operação histórica, mas sobre a intenção (*visée intentionnelle*) que faz da história a herdeira sábia da memória e de sua aporia fundadora” (RICOEUR, *La mémoire...*, p. 304).

²² Por *retraduições teóricas*, estamos nos referindo ao cotejo das várias abordagens, em suas aproximações e distinções, de modo comparativo, contrapondo-se a uma postura vigente na academia (Universidade) em que os autores são colocados em gavetas classificatórias devidamente rotuladas, em que pesa uma carga valorativa que os qualifica ou desqualifica sem, às vezes, sequer ocorrer uma análise, em profundidade, do pensamento dos autores, sem sequer considerar a historicidade das suas obras. As obras não dialogam. Mudar esta postura implica romper com maniqueísmos do tipo: um autor de determinada corrente teórica não pode ser posto ao lado de outro autor de outra corrente. A retradução pode mostrar convergências de autores de correntes diferenciadas, o que não elimina apontar suas discordâncias e atentar para o que, em suas reflexões, constituem antagonismos irreduzíveis.

²³ *Região*, do latim *reg-o*, é uma representação de uma divisão territorial caracterizada por vários critérios: etnia, clima, economia, topografia, administração, governo, etc. Carrega sempre uma conotação política de domínio, comando, poder. E vincula-se à questão de escala geográfica: usualmente, a região é representação de uma escala intermediária entre escalas territoriais de base (espaço local, município) e uma escala mais ampla (Estado), um conjunto de lugares cujas características se assemelham. Com o processo de Globalização, ocorre um *deslocamento representacional*: por região, têm sido designadas escalas supranacionais, a exemplo da Comunidade Econômica Européia.

conceito que remete a poder e cultura, *Poder e Cultura* são conceitos que remetem à História. Pois que não há Cultura Histórica desterritorializada, seja o território compreendido como domínio seja como apropriação simbólica. Essa é a problemática desse debate: as relações entre Cultura Histórica e sociedade, o que significa dizer: os nexos da Cultura Histórica enquanto sociedade territorializada, configurando as territorialidades.

Os historiadores continuam a lidar mal com a problemática da territorialidade. Não são poucas e nem apenas antigas as representações historiográficas que eles elaboram, mantendo ultrapassadas concepções naturalizadoras de territorialidade/ território, tão somente vinculados à geografia, e pior, à pior geografia física, quando se dispõe de um vasto repertório representacional, sob diversas perspectivas de abordagens, inclusive as geográficas, a contemplarem outras dimensões inscritas no conceito de *território e territorialidade*. Em outras palavras: *território e territorialidade* continuam a ser vistos como um palco dos acontecimentos históricos, externo e estranho aos mesmos, e não como componentes das temporalidades.

Uma visão mais atualizada, que dê conta da problemática contemporânea dos impactos da Globalização sobre o tempo-espço, implica que o Programa de Pós-Graduação deve recusar uma ultrapassada concepção de território, que, na prática, seria aceitar todo e qualquer trabalho de pesquisa apenas porque rebete em uma determinada territorialidade físico-natural (e não se chame isto, hoje, de espaço geográfico) - e incorporar o entendimento de que o eixo estruturante das investigações a que se propõe, é o da Cultura Histórica e como ela se concretiza nas territorialidades em uma dinâmica de reciprocidade, ou seja, como a Cultura Histórica configura as territorialidades e como estas configuram a Cultura Histórica multidimensionalmente. No caso da Linha de Pesquisa *História Regional*, como a Cultura Histórica se concretiza nas territorialidades regionais, o que significa, numa leitura contemporânea, trabalhar com as mais diversas escalas espaciais, não apenas com as escalas intermediárias subnacionais.

O conteúdo representacional do termo *territorialidade*, especialmente no pensamento geográfico, tem sido alvo, desde o pós Segunda Guerra Mundial, de várias críticas às perspectivas reducionistas com que muitos o vislumbram. É possível encontrar até mesmo releituras que questionam a interpretação do historiador Lucien Febvre, comparando o pensamento do geógrafo alemão Ratzel com o pensamento do geógrafo francês Vidal de la Blache, e desconstróem certas imagens anteriormente desqualificadoras do trabalho de Ratzel, ressaltando agora sua visão interdisciplinar pela antropogeografia²⁵.

²⁴ O conceito de *território* carrega uma conotação espacial: designa uma porção de superfície terrestre em que se exerce uma atividade, o que implica, também, em uma conotação cultural: a presença de um grupo humano [ou de outros seres vivos] e o uso que fazem do espaço. Sobre o território de grupos humanos, incide uma regulação (legislação) e seu controle por uma entidade administrativa, que estabelece *fronteiras* com outros territórios, conceito que é mais abrangente do que os limites entre paisagens.

²⁵ CARVALHO, *apud* SILVA & GALENO. *Geografia: ciência do complexus: ensaios interdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 92-99.

À luz do pensamento deleuziano-guattariano, o geógrafo Rogério Haesbaert ²⁶ repensa essa temática e adverte para a necessidade de ruptura das dicotomias ou maniqueísmos ou sistemas binários com que as relações espaço - temporais têm sido vistas: o *espaço* configurado como estático, imóvel, dotado de materialidade, lócus da conservação e dos objetos fixos, do tempo presente; o *tempo* como dinâmico e móvel, caracterizado pela mutação, ações e fluxos, lócus de imaterialidade abstrata, de temporalidades passadas. Dicotomias que se reiteram, diz o autor, mesmo quando se pensa tais relações com o pós-moderno conceito de *rede*: o território como intrínseco, centrípeto, introvertido, delimitado, composto de zonas e superfícies, espaço de enraizamento e de estabilidade; a rede como extrínseca, centrífuga, extrovertida, rompendo limites, composta de pontos (nós) e linhas (fluxos), espaço de desenraizamento e de instabilidade.

Verticalizando a compreensão do tema, Haesbaert aponta a indispensabilidade das relações de poder constituídas no e com o espaço, em seus efeitos de natureza funcional (a materialidade, de cunho político-econômico, que melhor seria denominada de território) e em seus efeitos simbólicos (o território apropriado, do imaginário, lugar de consenso ou hegemonia, por ele denominado como territorialidade).

Outros aspectos necessários à problematização do tema²⁷ são: a questão das multiterritorialidades, as lógicas que presidem tais territorialidades, por semelhança ou por diferença; e as relações entre território e territorialidade no sentido de que todo território tem territorialidade, mas nem toda territorialidade tem território; os deslocamentos territoriais do cotidiano que não implicam em reterritorializações. Enfim, o que as mais contemporâneas concepções de Geografia têm enfatizado, é o requisito do *movimento*, da dinâmica do espaço, das suas temporalidades e temporalizações em sua materialidade e simbolização. Do espaço como demarcação, mas também fluxo; poder, mas também desejo; apropriação, mas também projetos e representações:

*(...) nos quais desembocam investimentos e comportamentos nos tempos e espaços sociais. O desejo cria territórios fazendo uma série de agenciamentos, nome dado a uma noção mais ampla do que estrutura, sistema ou forma que envolve vários componentes que vão desde a ordem biológica até social e que extrapolam o espaço geográfico, já que nessa visão tudo pode ser agenciado, logo também desterritorializado e reterritorializado.*²⁸

²⁶ HAESBAERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997. _____. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Em recente palestra realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (abril de 2007), o autor reitera suas teses de obras anteriores.

²⁷ HAESBAERT, *O mito da desterritorialização*. HAESBAERT, Rogério. “Palestra no PPGE-UFPB”. João Pessoa: PPGE-UFPB, abr. 2007 (trabalho não publicado).

²⁸ ROSINHA, Rosa Martins Costa Pereira. “Las cualidades del espacio: contenidos sociales y enseñanza de la Geografía”. Disponível em: <<http://www.cibersociedad.net/congres2006/gts/comunicacio.php?lengua=es&id=888>>. Acesso em: 15 abr. 2007.

Finalmente, o conceito de *Cultura Histórica* que, salvo se quisermos ser enfáticos, é circular e redundante em sua substantivação e em sua adjetivação: toda Cultura é histórica e tudo que é histórico, é cultural. Talvez, nesse sentido, o termo seja inadequado se a expectativa for de equivalência com a História Cultural, ou, de outro prisma, pretender significar Cultura/ Conhecimento sobre as temporalidades históricas. Em ambas as nomeações, a polissemia é vasta e, às vezes, devastadora: sob o aparentemente unificador rótulo de História Cultural, que tem primado nos anos recentes, se abrigam as mais diversas concepções e, sobretudo, propostas analíticas de Cultura; por outro lado, a Cultura Histórica, se enfocada como o conjunto de reflexões (ou representações ou interpretações) sobre a História-processo, retoma a clássica questão dos historiadores sobre a anfíbia denominação de *História*, tal qual a expressa o historiador Júlio Aróstegui²⁹, para duas situações distintas: o transcurso temporal do sucedido e a pesquisa e relatos deste sucedido (a clássica nomeação hegeliana de *res gestae* e *rerum gestarum*).

Dada a vastidão desta constelação conceitual, recortamos o nosso entendimento sobre Cultura Histórica em suas relações com as territorialidades e representações e o que deve ser considerado em tais relações.

Compreendida como o conjunto da produção e reprodução da existência humana, a Cultura se insere, pois, em duas dimensões sem as quais não se realiza: o tempo e o espaço. E não se realiza, obviamente, sem um agente: o Homem, em sociedade, cuja capacidade de ideação reflexiva (e não reflexa) possibilita a mediação com a natureza, produzindo a segunda natureza (Marx), ou a natureza culturalizada que, por sua vez, produz o Homem. Neste processo, a Cultura se faz enquanto “*um palimpsesto multiforme*”³⁰, no dizer de Carlos Antonio Aguirre Rojas porque inclui sistemas adaptativos, cognitivos e simbólicos; implica na produção de artefatos materiais e simbólicos; envolve múltiplos agentes; abrange a produção, circulação, transmissão e recepção dos saberes e fazeres humanos; requer processos socializadores para a transmissão das tradições e as elaborações criativas. Em síntese: é o conjunto das experiências vividas pela Humanidade e os sentidos que os seres humanos dão ao mundo. Assim, a Cultura Histórica guarda duplo sentido: um, genérico, enquanto produção pela História-processo; outro, mais específico, como História-conhecimento, melhor nomeada, talvez, de Cultura Historiográfica. Portanto, toda Cultura Histórica contém uma Cultura Historiográfica, esta última entendida como o conjunto das representações formuladas sobre as experiências vividas pelas sociedades, os grupos sociais, as pessoas, em uma perspectiva de temporalidade.

²⁹ ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006.

³⁰ *Palimpsesto*, do grego antigo δάβιλοζόοιδο, ou seja, “riscar de novo” (δύειί, “de novo” e ϕύù, “riscar”), é uma página manuscrita, pergaminho ou livro cujo conteúdo foi apagado (mediante lavagem ou raspagem) e escrito novamente, normalmente nas linhas intermediárias ao primeiro texto ou em sentido transversal. Foi prática muito freqüente no século VII, devido à escassez do papiro egípcio, e se prolongou durante cinco séculos. Na Arqueologia, é um depósito que comporta uma mistura de extratos.

Toda Cultura implica em *territorialidades*, que podemos conceituar como demarcações de espacialidades e temporalidades. Na produção e reprodução de sua existência, as sociedades, os grupos sociais, as pessoas demarcam seus espaços de sobrevivência, se localizam, se situam, ocupam posições, defendem-nas ou lutam por elas. Em termos de recursos naturais, econômicos, políticos, simbólicos. Podemos avançar conceitualmente, distinguindo as territorialidades como territórios já demarcados e territorializações como o movimento de delimitação de novas territorialidades; distinguindo, ainda, *territorialização de desterritorialização*, para representar, por este termo, o movimento de desencaixe das fichas simbólicas³¹ das sociedades, dos grupos sociais, das pessoas, de suas territorialidades, que, por sua vez, é inseparável do conceito de reterritorialização, significando novos encaixes culturais.

Deleuze também aborda esses conceitos:

*(...) construímos um conceito de que gosto muito, o de desterritorialização (...) precisamos às vezes inventar uma palavra bárbara para dar conta de uma noção com pretensão nova. A noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.*³²

Nos processos de territorialização, configura-se a Cultura Histórica, ou seja, o movimento temporal se espacializa, se configura no e com o espaço, constituindo o que Milton Santos (1978) denomina de *rugosidades*³³ e, Deleuze e Guattari (1980, original francês; 1995- 1997, edição brasileira), por outro prisma, denominam de *espaço estriado*³⁴. Rugas são marcas do tempo, rugosidades são marcas de

³¹ Por *fichas simbólicas*, Giddens compreende os “*meios de troca que têm valor padronizado e são assim intercambiáveis numa variedade indeterminada de contextos*” (p. 222). Por *desencaixe*, “*o descolamento das relações sociais dos contextos locais e sua recombinação através de distâncias indeterminadas do espaço/tempo*” (p. 221). GIDDENS, *Modernidade e identidade*.

³² DELEUZE, *apud* HAESBAERT, Rogério & BRUCE, Glauco. “A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari”. *Geographia*, Niterói, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, ano IV, n. 7, 2002, p. 7-31. Publicação eletrônica. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_07/edicao7.htm>.

³³ Por *rugosidade*, Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova*, designa “*o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. (...) O espaço, portanto, é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído ...*”. SANTOS, Milton. *Por uma Geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC/ EDUSP, 1978. p. 138. Convém remarcar, a bem de não se ter uma leitura reducionista desta citação, que, para Santos, nem o modo de produção se restringe apenas à produção econômica, nem a noção de “*espaço construído*” tem uma conotação somente de materialidade. Em várias obras, o autor trabalha a idéia de *fluxos espaço-temporais*.

³⁴ *Espaço estriado* são pontos/ marcas de balizamento, de apoio, por reconhecíveis. Seu contraponto é o *espaço liso*, sujeito a livres interpretações. Em outras palavras: “*Ao contrário*

temporalidade que se entrecruzam como marcas de espacialidade, nos jogos de disputa pelas localizações, que, concomitantemente, enraízam e desenraízam, fixam e fluem. A Cultura Histórica configura territorialidades mas também é configurada por estas na medida em que as sedimentações territoriais e seus agentes, material e/ ou simbolicamente, interferem em novas territorializações ou fluxos espaço-temporais.

Portanto, no que tange à constelação conceitual de Cultura Histórica, no sentido historiográfico, abre-se uma terceira linha programática de reflexões, a serem iniciadas - opinamos - pelo debate sobre a anfibiologia dos termos História e Cultura Histórica, seguido das suas várias e respectivas territorializações e territorialidades mentais-simbólicas, bem como de suas correspondentes materialidades³⁵.

Cultura Histórica e territorialidades: vetores para a pesquisa ou possibilidades para a elaboração das representações historiográficas

Assim, postas algumas considerações sobre as relações entre Representações, Territorialidades e Cultura Histórica, podemos, a partir das mesmas, apontar algumas possibilidades para a estruturação da Linha de Pesquisa *História Regional*, advertindo que sua distinção na apresentação tem efeitos didáticos, mas, na práxis social e, mais especificamente, de pesquisa, tais eixos estruturadores de atividades guardam estreitas imbricações.

OS PROCESSOS DE CONFIGURAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES ENQUANTO CULTURA HISTÓRICA E DA CULTURA HISTÓRICA ENQUANTO TERRITORIALIDADES (AGENCIAMENTOS MAQUÍNICOS E DE ENUNCIÇÃO)

Este vetor compreende a investigação sobre os diversos modos como as culturas (de sociedades, grupos sociais, pessoas) se territorializaram, em diversos momentos históricos; como esses movimentos se materializaram funcionalmente, através de relações econômicas, sociais e de poder - este entendido para além apenas do Estado - e, ainda, como seus agentes interpretaram tais movimentos temporais/espaciais.

Em sentido reverso, mas conexo, este eixo-vetor inclui a investigação sobre os modos como as territorialidades atuaram enquanto rugosidades ou espaços estriados, facilitadores ou obstaculizadores de culturas históricas (em sentido

do espaço estriado, sedentário, homogêneo (espaço dos muros, das cercas e dos caminhos pré-determinados), o espaço liso, heterogêneo, é o espaço das multiplicidades não métricas, acentradas, rizomáticas, que ocupam o espaço sem medi-lo, espaço que só pode ser explorado pelo avanço progressivo". Cf. MORAIS, Rodrigo de Oliveira. "TAZ: web e máquinas de guerra". Semiosfera, ano 3, n. 7, 2004.

³⁵ As territorialidades/ territorializações/ desterritorializações/ reterritorializações das várias concepções de História, de Cultura Histórica e das constelações conceituais do conhecimento histórico, a exemplo de outros campos do conhecimento, configuram não só processos simbólicos, mas se concretizam em lugares de discursos (instituições), seus agentes portadores, grupos de sustentação, relações de poder, recursos financeiros, etc.

processual) emergentes (leia-se: projetos de novas territorialidades, temporalizações).

AS REPRESENTAÇÕES/INTERPRETAÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DAS TERRITORIALIDADES E A HISTORIOGRAFIA COMO TERRITORIALIDADE (RIZOMAS EPISTEMOLÓGICOS)

Este segmento de estudos corresponde ao entendimento dos processos de elaboração das representações/interpretações, com ênfase para as historiográficas (isto é, produzidos por historiadores), acerca de territorialidades materiais e simbólicas. Neste sentido, deve-se contemplar as perspectivas contemporâneas de abordagens em vários *domínios* (um conceito de territorialidade) da História, possibilitando compreender a Cultura Histórica (em sentido *processual e de conhecimento*) em sua territorialização.

Complementarmente, portanto, envolve a própria auto-reflexão da historiografia como constituição de territórios simbólico-materiais, as delimitações que instaura, o fechamento ou abertura de fronteiras epistemológicas, as relações de poder que estabelece. E, ainda, como as representações sociais historiográficas sobre territorialidades são transmitidas, que Cultura Histórica (*processual e historiográfica*) veiculam e o sentido dessa transmissão para a continuidade e/ou descontinuidade das territorialidades. Neste sentido, o campo de investigação cruza com o da Linha de Pesquisa *Ensino de História e saberes históricos*.

REPRESENTAÇÕES/INTERPRETAÇÕES, TERRITORIALIDADES, CULTURA HISTÓRICA NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES (AGENCIAMENTOS MAQUÍNICOS E DE ENUNCIÇÃO)

Este eixo-vetor contempla os dois primeiros eixos- vetores na articulação com a ação humana: a Cultura Histórica (rugosidades espaço- temporais) e Cultura Historiográfica (também rugosidades espaço- temporais, mas recortadas mais na sua especificidade simbólica) como elementos constitutivos de Identidades de territorialidades. Em outras palavras, como as Identidades se constituem tendo o território como referencial e como se expressam, através das ações políticas (movimentos territoriais identitários/agenciamentos maquínicos) e/ ou de práticas simbólico-discursivas (agenciamentos coletivos de enunciação): os regionalismos e seus *topoi* de diversidade e unificação.

São algumas das reflexões que - esperamos - possam contribuir para o Programa de Pós-Graduação em História.

RESUMO

Trata-se de uma reflexão acerca das representações (Historiografia) sobre as territorialidades regionais (objeto de estudo) em suas relações com a Cultura Histórica (contínente do objeto, enquanto História-processo). São apresentadas algumas vertentes teóricas sobre representações, com suas constelações conceituais, e sobre territorialidades, por uma perspectiva geo-simbólica, ou seja, sobre as representações do espaço e da territorialidade. Na sequência, aborda-se a Cultura Histórica e seu componente de territorialidades materiais e simbólicas. Por fim, a partir das reflexões antecedentes, discutem-se as virtualidades da articulação entre Cultura Histórica e territorialidade para a elaboração de novas representações historiográficas, e, mais especificamente, para o Programa de Pós-Graduação em História da UFPB.

Palavras-Chave: Territorialidades Regionais; Historiografia; Cultura Histórica.

ABSTRACT

The paper is a discussion about representations (historiography), regional territorialities (study subject) and its relations with historical culture (that contains the subject, as history-process). Some theoretical ways about representations are presented, with their conceptual constellations, and about territorialities too, in a geo-symbolic perspective, focusing on space and territoriality representations. In sequence, the text treats on historical culture and its material and symbolic territorialities components. To finish the discussion, based on this precedent analysis, the paper treats on virtuality of articulations between historical culture and territoriality to bring new historiographical representations and, more specifically, to Federal University of Paraíba's History Graduate Program.

Keywords: Regional Territorialities; Historiography; Historical Culture.